

Em terceiro lugar, a recorrente sustenta que a decisão impugnada viola o princípio da proporcionalidade tal como decorre do artigo 18.º, n.º 3, do Regulamento 1/2003, segundo o qual a Comissão pode pedir às empresas que estas lhe prestem todas as informações necessárias. A este respeito, a recorrente alega que a Comissão não demonstrou onexo exigível entre as informações pedidas para o período anterior à adesão e o comportamento alegadamente ilegal posterior a 1 de Maio de 2004. Daqui decorre, segundo a recorrente, que a Comissão não precisa das informações ou documentos relativos ao período anterior à adesão para avaliar se a conduta da recorrente depois da adesão respeita o direito comunitário.

(¹) Regulamento (CE) n.º 1/2003 do Conselho, de 16 de Dezembro de 2002, relativo à execução das regras de concorrência estabelecidas nos artigos 81.º e 82.º do Tratado (JO L 1, p. 1).

Recurso interposto em 17 de Novembro de 2009 — Storck/IHMI — RAI (Ragolizia)

(Processo T-462/09)

(2010/C 11/68)

Língua em que o recurso foi interposto: alemão

Partes

Recorrente: August Storck KG (Berlim, Alemanha) (representantes: I. Rohr, P. Goldenbaum e T. Melchert, advogados)

Recorrido: Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

Outra parte no processo na Câmara de Recurso: Radiotelevisione italiana SpA (RAI), Roma, Itália

Pedidos do recorrente

- Anular a decisão da Quarta Câmara de Recurso do Instituto de Harmonização do Mercado Interno, de 8 de Setembro de 2009 (R 1779/2008-4);
- Condenar o IHMI nas despesas;
- No caso de a outra parte no processo na Câmara de Recurso intervir no processo, condená-la nas suas próprias despesas.

Fundamentos e principais argumentos

Requerente da marca comunitária: A recorrente

Marca comunitária em causa: Marca nominativa «Ragolizia» para produtos da classe 30 (pedido de registo n.º 5 201 835)

Titular da marca ou sinal invocado no processo de oposição: Radio-televisione italiana SpA (RAI)

Marca ou sinal invocado no processo de oposição: Marca nominativa comunitária n.º 4 771 762 «FAVOLIZIA»

Decisão da Divisão de Oposição: Deferimento da oposição e recusa do pedido de registo

Decisão da Câmara de Recurso: Negado provimento ao recurso

Fundamentos invocados: Violação do artigo 87.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento n.º 207/2009 (¹), uma vez que não existe risco de confusão entre as marcas em litígio.

(¹) Regulamento (CE) n.º 207/2009 do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, sobre a marca comunitária (JO L 78, p. 1).

Recurso interposto em 20 de Novembro de 2009 — Herm. Sprenger/IHMI — Kieffer Sattlerwarenfabrik (forma de um estribo)

(Processo T-463/09)

(2010/C 11/69)

Língua em que o recurso foi interposto: alemão

Partes

Recorrente: Herm. Sprenger GmbH & Co. KG (Iserlohn, Alemanha) (representante: V. Schiller, advogado)

Recorrido: Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

Outra parte no processo na Câmara de Recurso: Georg Kieffer Sattlerwarenfabrik GmbH (Munique, Alemanha)

Pedidos da recorrente

- Anular a decisão proferida pela Quarta Câmara de Recurso do Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos), em 4 de Setembro de 2009, no processo R 1614/2008-4;
- Indeferir o pedido de declaração da nulidade da marca comunitária da recorrente n.º 1 599 620, apresentado pela Georg Kieffer Sattlerwarenfabrik GmbH;
- Condenar o IHMI nas despesas do processo.

Fundamentos e principais argumentos

Marca comunitária registada objecto do pedido de declaração de nulidade: marca comunitária tridimensional n.º 1 559 620, para produtos da classe 6

Titular da marca comunitária: a recorrente

Parte que pede a nulidade da marca comunitária: a Georg Kieffer Sattlerwarenfabrik GmbH

Decisão da Divisão de Anulação: indeferimento do pedido de declaração de nulidade

Decisão da Câmara de Recurso: anulação da decisão da Divisão de Anulação e declaração da nulidade da marca comunitária em causa

Fundamentos invocados:

- Violação das disposições conjugadas dos artigos 52.º, n.º 1, alínea a), e do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 207/2009 ⁽¹⁾, dado que foi indevidamente negada a existência de carácter distintivo originário;
- Violação dos artigos 52.º, n.º 1, alínea a), e 52.º, n.º 2, em conjugação com o artigo 7.º, n.º 3, do Regulamento n.º 207/2003, uma vez que foi incorrectamente concluído que a marca controvertida não adquiriu carácter distintivo pelo uso;
- Violação do artigo 76.º, n.º 1, primeiro período, do Regulamento n.º 207/2009, dado que os factos relevantes não foram devidamente apurados;
- Violação do artigo 83.º do Regulamento n.º 207/2009, na perspectiva do direito a ser ouvido;
- Violação do artigo 77.º, n.º 1, do Regulamento n.º 207/2009, uma vez que a Câmara de Recurso devia ter deferido o pedido de realização de uma audiência apresentado a título subsidiário pela recorrente;
- Violação do Tratado CE, na perspectiva do direito a um processo equitativo.

⁽¹⁾ Regulamento (CE) n.º 207/2009 do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, sobre a marca comunitária (JO 2009, L 768, p. 1).

Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 30 de Outubro de 2009 — Nestlé/IHMI — Quick (QUICKY)

(Processo T-74/04) ⁽¹⁾

(2010/C 11/70)

Língua do processo: francês

O presidente da Quinta Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

⁽¹⁾ JO C 94, de 17.4.2004.

Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 13 de Novembro de 2009 — Lumenis/IHMI (FACES)

(Processo T-301/07) ⁽¹⁾

(2010/C 11/71)

Língua do processo: inglês

O presidente da Terceira Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

⁽¹⁾ JO C 247, de 20.10.2007.

Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 16 de Novembro de 2009 — Tipik/Comissão

(Processo T-252/08) ⁽¹⁾

(2010/C 11/72)

Língua do processo: francês

O presidente da Terceira Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

⁽¹⁾ JO C 209, de 15.8.2008.

Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 17 de Novembro de 2009 — STIM d'Orbigny/Comissão

(Processo T-559/08) ⁽¹⁾

(2010/C 11/73)

Língua do processo: francês

O presidente da Sexta Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

⁽¹⁾ JO C 44, de 21.2.2009.